

Indústria da construção debate compliance e transparência

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) promoveu seminário com participação de dirigentes e empresários do setor, membros de órgãos de controle e do governo federal

Uma indústria transparente, com mecanismos que garantam a lisura de seus processos e previnam atos de corrupção. Com esse objetivo estratégico, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi Nacional), começou em 2013, uma série de iniciativas de estímulo à prevenção à prática de desvios e adoção de políticas de integridade nas entidades e empresas do setor. Um importante passo nessa caminhada foi dado no dia 13, em Brasília, quando a entidade reuniu autoridades e especialistas em um debate sobre o tema.

O evento “Diálogos CBIC: Transparência nas Relações” contou com apresentações de dirigentes da entidade, especialistas, parlamentares, membros de órgãos de controle e empresários comprometidos com uma gestão mais transparente. As explicações foram acompanhadas por uma plateia de 110 representantes de associados da CBIC, vindos de todos os estados brasileiros, que lotaram o Teatro Juca Chaves, no Complexo Brasil 21.

“Neste assunto tão interessante e importante para a sociedade, a CBIC resolveu ser inovadora e sair na frente. Começamos a trabalhar com mais força o assunto integridade, que sempre esteve em nossa pauta, a partir de 2013. Estimulamos parcerias e estamos buscando levar uma cultura nova para todo o setor”, explicou José Carlos Martins, presidente da CBIC, na abertura do evento.

Logo após a manifestação do dirigente, Eliana Calmon, ex-ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), discorreu sobre sua participação nos seminários Ética & Compliance na Construção, que vêm percorrendo o País levando aos afiliados da entidade informações preciosas para criar, fortalecer e modernizar mecanismos de gestão para construir um setor mais transparente (*leia mais sobre os seminários nas páginas 2 e 3*).

“Sinceridade, honestidade e bons propósitos são substantivos que hoje vão além da filosofia. São indispensáveis a qualquer empresário para se precaver de futuras dores de cabeça. Estamos em uma crise, e a CBIC está demonstrando ao setor o que mudou. É algo que está surtindo efeito. Temos vários exemplos de empresas que investiram em compliance e estão hoje em situação de vantagem. Não é mais possível continuar com a realidade anterior”, analisou a ex-ministra.

Autorregulação, medidas preventivas, produtividade e legislação
Palavras como ética, compliance, transparência e integridade permearam os dois painéis do evento. No primeiro, batizado “Transparência nas Relações com a Sociedade”, Leonardo Barreto, cientista político pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em comportamento eleitoral e instituições políticas, apresentou a discussão sobre mecanismos de autorregulação



FOTOS: ANDRÉ COELHO

Os temas ética, compliance, transparência e integridade permearam os dois painéis

da indústria da construção, projeto em gestação na CBIC, destacando a importância de uma “ação coletiva” para o setor se recuperar da crise.

O debate foi enriquecido por exemplos de atuação de órgãos de controle, em explanação de Cláudia Taya, secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU), e pelo detalhamento do caso da construtora Tarjab, cujo CEO, Carlos Alberto Borges, listou decisões importantes que consolidaram a empresa como exemplo de atuação íntegra e correta.

O segundo painel, “Transparência nas Relações Público e Privado”, foi comandado por Carlos Eduardo Lima Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura (Coinfra) da CBIC, que apresentou trabalho da entidade apontando riscos de corrupção decorrentes de questões relacionadas à legislação, além de expor propostas de solução para cada um dos proble-



Da esquerda para a direita, Carlos Eduardo, Caio Megale e Rodrigo Cunha discutem a construção de um setor mais transparente

mas. Caio Megale, titular da Secretaria de Indústria, Comércio e Inovação do Ministério da Economia, falou sobre a relação entre transparência e produtividade das empresas.

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

(CTFC) do Senado, o senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL) encerrou o painel citando leis em vigor e em tramitação que podem ter impacto sobre o setor. “Tenho certeza absoluta de que a transparência é a principal ferramenta de gestão de um político”, afirmou o parlamentar.



Setor propõe discussão sobre autorregulação e pede “ação coletiva” para superar a crise

pág .02

Seminários percorrem o Brasil para incentivar empresários a adotar práticas de ética e compliance

pág .03

Medidas de prevenção ganham força para evitar a corrupção na contratação e execução de obras

pág .04

CBIC aponta 10 brechas na legislação que facilitam a prática de atos ilícitos e sugere soluções

pág .06

Em entrevista, presidente da CBIC reafirma compromisso da entidade com conduta ética e responsável

pág .08

CBIC abre debate e propõe autorregulação do setor

Em seminário, entidade apresenta as linhas gerais de projeto desencadeado para que a indústria da construção tenha seus próprios mecanismos

As inúmeras iniciativas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) para o enraizamento de uma cultura de prevenção à prática de desvios e combate à corrupção no meio empresarial não devem parar na implementação de programas que incentivem a transparência nas empresas. Por mais longo e árduo que seja, o caminho para uma indústria ética e correta não tem volta e deve levar a passos ainda mais ousados, como a autorregulação.

Para que o público do “Diálogos CBIC: Transparência nas Relações” entendesse quais podem ser os próximos estágios desse processo, Leonardo Barreto, cientista político pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em comportamento eleitoral e instituições políticas, mostrou a imagem de um freezer de picolés em um estabelecimento comercial. Fixada ao congelador, havia uma placa com a orientação para o cliente pegar o produto que quisesse e colocar o dinheiro em uma pequena caixa. Não havia, portanto, cadeados ou funcionários controlando as vendas. Quando questionou ao auditorio o que vinha à cabeça quando via a foto, Barreto mostrou-se satisfeito ao ouvir “confiança” como resposta: “É a palavra-chave dentro do nosso processo. Confiança gera colaboração, e colaboração gera redução de custos”.

O cientista político referia-se aos planos, ainda em elaboração pela CBIC, de estimular a autorregulação do setor da

Ideia é a própria indústria definir uma série de regras que se apliquem às suas práticas

construção. A ideia é a própria indústria definir uma série de regras que se apliquem às suas práticas, a exemplo do que faz o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar). A instituição, que fiscaliza a ética na propaganda, não tem poderes de distribuir multas, por exemplo. Só que, devido a sua credibilidade, suas decisões com recomendações, por exemplo, para modificação de peças publicitárias são quase sempre respeitadas. “A autorregulação não significa ausência de regulação, talvez envolva até uma regulação maior. Isso gera ganho de reputação para o setor e ganho de segurança jurídica nas operações”, avalia Barreto.

CEO da construtora Tarjab e um dos painelistas do evento, Carlos Alberto Borges reforçou a importância de o setor tomar atitudes que demonstrem comprometimento com a correção de suas práticas: “Costumamos ouvir que não dá para ser competitivo e fazer tudo certo. Temos de inverter essa lógica. Na verdade, não será possível sobreviver no mercado se não fizermos tudo certo”.

O esforço começa com a análise do gestor da realidade de sua própria empresa, como lembra Claudia Taya, secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU): “É preciso entender quais são os riscos para, depois, adotar as medidas. Há questões operacionais, financeiras, de imagem. Cada organização tem de identificar seus próprios riscos e tomar a iniciativa mais adequada”.

Costumamos ouvir que não dá para ser competitivo e fazer tudo certo. Temos de inverter essa lógica. Na verdade, não será possível sobreviver no mercado se não fizermos tudo certo

CARLOS ALBERTO BORGES, CEO da construtora Tarjab

Eliana Calmon citou crescimento do interesse de empresários em temas ligados à transparência



Abri minha alma e disse tudo aquilo que precisava ser dito. A surpresa é que fui convidada para os seminários seguintes

ELIANA CALMON, ministra aposentada do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Leonardo Barreto provocou debate sobre normas que a própria indústria pode definir



FOTOS: ANDRÉ COELHO

Para ex-ministra do STJ, compliance entrou na agenda das empresas da construção

Quando Eliana Calmon, ministra aposentada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi convidada pela CBIC a ser palestrante dos seminários do projeto Ética & Compliance na Construção, ficou um tanto surpresa. De longa trajetória de atuação contra a corrupção, não imaginava que suas duras palavras contra a prática de desvios fossem aceitas pelo setor com tranquilidade.

Só que, logo após o primeiro dos 19 seminários promovidos pela entidade (veja quadro ao lado), em correalização com o Sesi Nacional, a ex-ministra entendeu que o compromisso da CBIC com a transparência não era apenas da boca para fora: “Abri minha alma e disse tudo aquilo que precisava ser dito. A surpresa é que fui convidada para os seminários seguintes e achei muito interessante essa forma de atuar da CBIC, focando em uma mudança no entendimento de tudo que estava

acontecendo”, comentou. “O presidente da CBIC é um homem de coragem, e as mudanças estão surtindo efeito”, afirmou.

O contato com empresários fez com que a jurista entendesse os anseios do setor, avaliasse os impactos que a Operação Lava-Jato teve na indústria e constataste, com alegria, o crescimento do interesse sobre temas ligados à transparência. “Quando explodiu a Lava-Jato e houve essa grande descoberta do que estava acontecendo no Brasil, que era a democracia sustentada pela corrupção, as construtoras começaram a ser olhadas como um setor de corrupção. Hoje, para contratar uma construtora, só faltam exigir certidão de batismo. Coube à CBIC desenvolver um projeto de recuperação até então inédito, mas extremamente inteligente”, comemorou. “Podemos dizer que os resultados dos seminários têm sido muito bons. As coisas estão mudando, e vejo que as plateias são cada vez maiores e mais atentas. Cada vez mais as pessoas vão assistir, estão interessadas, perguntam, estão atentas a tudo que é dito pelos especialistas.”

Outro ponto destacado por Eliana Calmon é a necessidade de adequação a uma nova realidade, em que a transparência é obrigatória para a sobrevivência das empresas. Com a tecnologia que

permite analisar e identificar em que pontos se cometem desvios, esconder práticas irregulares torna-se inviável: “Essas iniciativas da CBIC ganham espaço porque entendem a necessidade de uma nova forma de agir das empresas. No mundo moderno, não se esconde nada. É assim que começamos a caminhar de forma diferente”.

O foco na adoção de programas de integridade nas empresas, uma das linhas de atuação da CBIC, também foi elogiado pela painelistas como uma forma de chegar à “cidadania politizada”: “O que acho de importância fundamental é que não se combate a corrupção só com órgãos de governo e de controle; combate-se com política e, também, com cidadania politizada. Não se combate com discurso, mas com programas que as pessoas entendam e adotem. É preciso andar com correção, honestidade e transparência”.

Otimista, a ex-ministra encerrou sua apresentação manifestando a esperança de que a corrupção, no futuro, seja algo tão distante da realidade como hoje é a escravidão. “Vamos ver a corrupção como um fato histórico longínquo. A única forma de o planeta Terra sobreviver é combater a corrupção e limpá-la dos governos”, concluiu.

Empresário destaca comprometimento dos acionistas

Não adianta pregar honestidade e transparência, capacitar funcionários e publicar códigos de ética se os principais executivos da corporação não respeitam essas diretrizes. A mensagem é de Carlos Alberto Borges, CEO da construtora Tarjab, empresa que se tornou referência na adoção de programas de integridade e compliance.

Para o empresário, os acionistas têm de ser protagonistas de ações que façam sua empresa trilhar o caminho correto: “Governança corporativa e compliance dependem dos acionistas, sempre. Isso pode até gerar menor competitividade no curto prazo, mas é minimizado e, em um segundo momento, aumenta a competitividade pela competência nos processos e ganho de imagem com

clientes e sociedade”.

Há cerca de 10 anos, a Tarjab aposta na adoção de parâmetros de ética e compliance. O processo começou com pesquisas de práticas ligadas à transparência em empresas de capital aberto da construção civil. O mergulho no tema permitiu ao empresário entender quais itens seriam adaptáveis à realidade da Tarjab e, assim, traçar a estratégia para consolidar uma empresa ética e responsável.

Daí se redigiu um acordo de acionistas com diretrizes claras para guiar diversos assuntos: modelo de negócio, organograma da corporação, atribuições, política de remuneração, de contratação de parentes, de venda de unidades para sócios. “O principal é que temos tolerância zero com a corrupção. Tolerância zero com a informalidade. Na Tarjab não se paga propina nem se compra um centavo sequer sem emissão de nota fiscal”, destacou Borges.

O principal é que temos tolerância zero com a corrupção. Tolerância zero com a informalidade

CARLOS ALBERTO BORGES, CEO da construtora Tarjab



Construtora Tarjab, do CEO Carlos Alberto Borges, é referência em compliance



Claudia Taya lembrou que busca por transparência serve a empresas de todos os portes

CGU incentiva programas de integridade em corporações

Nem só de fiscalização vive a Controladoria-Geral da União (CGU). No evento “Diálogos CBIC: Transparência nas Relações”, Claudia Taya, secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU, apresentou iniciativas do órgão para incentivar as empresas a serem mais transparentes.

Entre os programas mostrados está o Empresa Pró-Ética, que distribui selos de excelência a quem se destaca na execução de programas de integridade. A CGU avalia processos e documentos das corporações, atribuindo pontuações atreladas a diversos quesitos, como canais de denúncia e remediação e análise de

risco, entre outros. “Fazemos um grande evento e trazemos as empresas que ganharam o selo. Há um ganho intangível de imagem e credibilidade. A avaliação é gratuita, devolvemos à empresa o que ela precisa para melhorar sua integridade”, conta Taya.

A secretária ainda falou sobre o Empresa Íntegra, que é voltado especificamente para micro e pequenos empreendimentos. A intenção do projeto é conscientizar essas corporações de que devem ter mecanismos de compliance, mesmo que não sejam de grande porte. “As micro e pequenas empresas muitas vezes não se enxergam nesse processo. A partir de um acordo com o Sebrae

Produzimos bastante material para desmistificar o programa de integridade para o pequeno empreendedor

CLAUDIA TAYA, secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU

Nacional, produzimos bastante material para desmistificar o programa de integridade para o pequeno empreendedor”, afirmou.

Projeto faz caravana pelo Brasil para incentivar a adoção do compliance no setor e discutir transparência

Desde outubro de 2016, quando a Câmara Brasileira de Indústria da Construção (CBIC) lançou o Seminário Ética & Compliance para uma Gestão Eficaz, uma série de eventos “roda” o Brasil para disseminar boas práticas no setor. É a forma que a CBIC, em correalização com o Sesi Nacional, encontrou para levar seu compromisso com a transparência para várias regiões do País.

De lá para cá, 19 cidades já sediaram eventos que tocam em questões relacionadas à ética nos negócios, além de orientar sobre como transformar uma corporação para que se torne mais transparente. Além do pesqui-

sador Leonardo Barreto, um dos autores dos manuais da CBIC sobre o tema, e da ex-ministra do STJ Eliana Calmon, os seminários já contaram com a presença de representantes do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) e outros órgãos de controle, e representantes de empresas brasileiras e estrangeiras.

Esses eventos fazem parte do Projeto Ética

& Compliance na Construção, que nasceu em maio de 2015 com a divulgação de um documento com uma série de diretrizes para o setor. Em junho de 2016, outras três publicações importantes reforçaram a intenção da CBIC de contribuir para um setor mais transparente. O Guia de Ética & Compliance, o Código de Con-

duto Concorrencial e o documento Fortalecimento do Controle Interno e Melhoria dos Marcos Regulatórios deram aos filiados informações valiosas sobre o tema. Orientativas, as publicações apontam, ainda, práticas consagradas na administração pública que fomentam a prática de desvios e medidas para corrigi-las.



SILVIO SOUZA



GUILHERME KANDEL

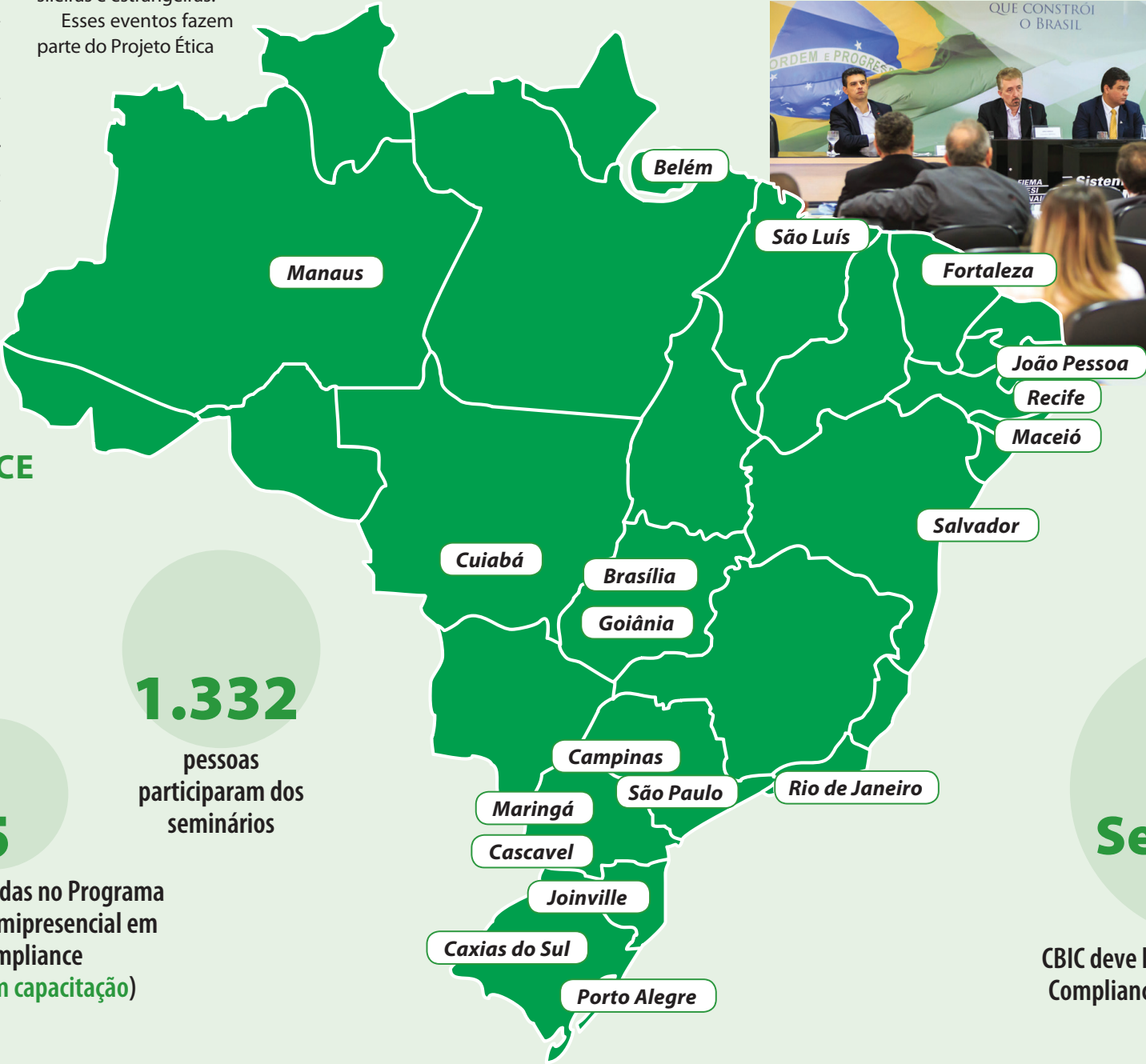
Série de eventos trouxe informações valiosas para conscientização de empresários sobre ética nas corporações

O PROJETO ÉTICA & COMPLIANCE cidades visitadas em 16 estados

19 cidades receberam seminários

1.332 pessoas participaram dos seminários

5 entidades capacitadas no Programa de Capacitação Semipresencial em Ética & Compliance (mais 7 estão em capacitação)



Setembro 2019

CBIC deve lançar curso EAD em Ética e Compliance para empresas do setor



Público demonstrou interesse por atuação preventiva no combate à corrupção

Medidas de prevenção são propostas também para o setor público

Entidade atua identificando brechas que podem ser aproveitadas para a prática de desvios e propõe formas de eliminá-las e melhorar as relações entre o público e o privado

Responsabilizar um administrador público ou empresário corrupto é algo necessário para garantir que atos ilícitos não fiquem impunes. O problema, porém, não se resolve apenas com sanções. Atuar antes que a corrupção aconteça, identificando os mecanismos que facilitam esse tipo de prática, torna-se decisivo para eliminá-la.

Com essa convicção, a CBIC tem apontado pontos importantes ligados à legislação e às práticas consagradas na administração pública que devem ser sanados para que se tenha uma atuação preventiva de combate à corrupção. Mesmo que o País tenha avançado ao aplicar a lei com rigor a quem cometeu desvios, só se livrará desse mal se entender as brechas das quais os corruptos

se aproveitam. “Temos acompanhado os projetos legislativos que tratam da corrupção e se voltam para a punibilidade. Eles têm méritos, sem dúvida, mas precisamos nos voltar, também, para algo que antecede o delito. O que importa são os conceitos que estão nessas propostas”, analisou Carlos Eduardo Lima Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura (Coinfra) da CBIC, durante o segundo painel do evento “Diálogos CBIC: Transparência nas Relações”.

Ao lembrar que o setor foi o mais prejudicado pelas revelações da Operação Lava-Jato, Lima Jorge destacou que os desdobramentos das investigações serviram para expor um processo que a indústria da construção já desconfiava que estava em curso: “Com a operação, foram identificados os atores e os me-

canismos. Nossa percepção de que havia algo errado vinha de fatos, como o grau de dificuldade das empresas para se habilitar em licitações. No caso da Petrobras, era complicado até para essas empresas serem incluídas no cadastro de fornecedores. Quando conseguiam, era até motivo de comemoração. Também havia a dificuldade de obtenção de financiamento em órgãos públicos. Uma verdadeira via-sacra para obtenção de financiamento”.

A corrupção, portanto, era facilitada pela restrição das obras a um seleto grupo de grandes construtoras. Essa cartelização foi um dos pontos criticados pela CBIC no

Restrição de obras a um pequeno grupo é um dos pontos a serem combatidos

documento Ética & Compliance na Construção: Fortalecimento do Controle Interno e Melhoria dos Marcos Regulatórios & Práticas (conheça detalhes na página 6), iniciativa correalizada pelo Sesi Nacional. Além de voltar seus olhos para a necessária prevenção, a entidade agiu de forma propositiva ao sugerir o que deve ser feito para que se fechem as brechas utilizadas por corruptos. “A CBIC tem por princípio trabalhar diagnosticando o problema e propondo uma solução”, explica Ana Cláudia Gomes, presidente da Comissão de Responsabilidade Social (CRS) da CBIC responsável pelo projeto Ética & Compliance na Construção.

Ao fazer o diagnóstico, a entidade apontou, além da concentração das obras na mão de poucas empresas, questões ligadas a licitações, projetos de engenharia e orçamentos que afetam o andamento dos trabalhos e deixam abertas as frestas por onde passa a corrupção. São pontos que surgiram a partir de um meticuloso estudo de risco feito pela CBIC. “Onde está o risco de corrupção? Uma das primeiras etapas foi fazer esse diagnóstico. Pegamos um processo típico de atuação do setor, focado muito mais na relação público-privado justamente porque a lei brasileira tem esse foco ao analisarmos o mercado de obras públicas envolvendo Estados, municípios e a União, fizemos uma matriz de risco. Assim chegamos às Janelas da Corrupção”, detalha Gomes.

Para senador, acesso a dados leva a controle social

Uma sociedade com acesso irrestrito a informações e dados exerce controle e fiscalização eficientes sobre administradores, políticos e corporações. É esse o cenário que tem se consolidado nos últimos anos, de acordo com avaliação do senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) do Senado Federal.

Diante dessa realidade, a importância do investimento em políticas de ética e transparência é evidente. “Quando o cidadão vê o impacto que tem um ato ilícito, ele passa a exigir qualidade de uma obra, por exemplo, e fiscalizar. E aí, ele passa a fazer aquilo que pode mudar a política e a sociedade, que é exercer um controle social sobre políticos e empresas”, afirma Cunha.

Em painel do seminário Diálogos CBIC: Transparência nas Relações, Cunha destaca entidades que ajudam a sociedade a interpretar os dados e, com isso, reforçam esse papel de con-

trole: “Estou hoje como presidente de uma comissão em que nós elencamos algumas prioridades. A principal é monitorar obras inacabadas, abraçando um caso específico, em que nós temos mais de 1,7 mil creches e escolas paralisadas. Por meio da tecnologia da informação, temos instrumentos de transparência como a ONG Transparência Brasil, que traz a localização dessas obras, os valores aplicados, o percentual que foi realizado e o motivo de estarem paradas”.

O senador ainda avaliou que a adaptação a este mundo de fiscalização permanente é obrigatória: “Quem não se adapta não tem onde se esconder. A transparência é o que ilumina e elimina as impurezas dos processos”.



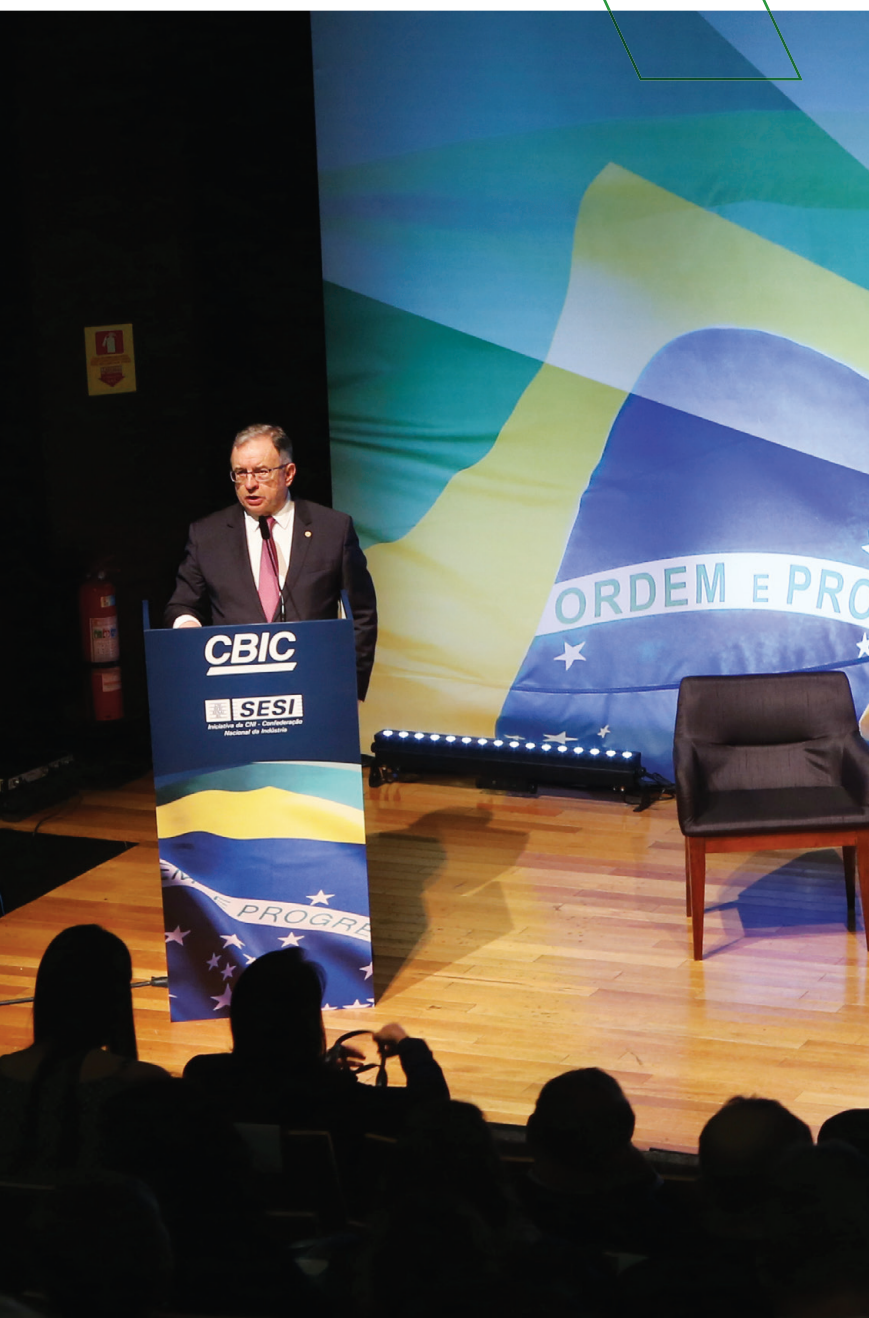
Cunha avalia como obrigatória adaptação ao mundo com informações irrestritas



Quando o cidadão vê o impacto de um ato ilícito, passa a exigir qualidade de uma obra e fiscalizar

RODRIGO CUNHA, senador (PSDB/AL)





Segundo painel do evento (acima) discutiu problemas decorrentes do marco regulatório. Rodrigo Cunha (abaixo) citou impacto da era em que informações sobre a administração pública circulam livremente



Dirigente da CBIC, Ana Cláudia Gomes destaca atuação propositiva da entidade



Produtividade é beneficiada com governança

Empresas que ainda não têm programas de integridade estabelecidos costumam citar o custo de implementação como um dos principais obstáculos. O que talvez ignorem é que o investimento em ética e transparência costuma gerar retorno financeiro e produtividade. O efeito positivo do combate à corrupção na produtividade das empresas foi um dos temas tratados por Caio Megale, secretário de Indústria, Comércio e Inovação do Ministério da Economia, em sua apresentação no seminário Diálogos CBIC: Transparência nas Relações. “Temos evidências claras de como a transparência é importante e do impacto desses valores éticos. A questão é aliar governança com produtividade, e as evidências empíricas da literatura econômica mostram que, no mundo inteiro, há correlação entre produtividade e governança e transparência”, destacou. “Enxergamos essa questão da transparência nas relações como extremamente importante. Isso pode gerar valor, produtividade, crescimento, desenvolvimento da economia brasileira, não apenas do ponto de vista da pro-

dução, mas também dos valores éticos.” Megale citou o posicionamento do Brasil em rankings que medem valores ligados à governança, manifestando preocupação com a situação do País em quesitos como qualidade regulatória, efetividade do governo e aplicação da lei. Por outro lado, elogiou o amplo acesso a dados que auxiliam no esforço para um ambiente mais transparente. “Buscar a melhoria da qualidade regulatória e da eficiência do governo é uma das linhas mestras na nossa secretaria. Em transparência de dados, o Brasil está bem posicionado; o que precisamos melhorar é a usabilidade, no sentido de torná-los mais amigáveis. Dá para sentir que a relação tem ficado mais aberta nos últimos anos”, comemora.

Buscar a melhoria da qualidade regulatória e da eficiência do governo é uma das linhas da nossa secretaria

CAIO MEGALE,
secretário de Indústria, Comércio e Inovação do Ministério da Economia

Produtividade e modernização

Além de tratar de temas ligados à transparência, Megale discorreu sobre a atuação da secretaria que comanda: “Temos dois pilares: remover os obstáculos à produtividade e competitividade das empresas e promover a modernização das empresas por meio de fomento à inovação”. O secretário encerrou sua manifestação convidando os presentes para o diálogo e reforçando o compromisso com o desenvolvimento do País. “Nossa secretaria está à disposição para conversas, para diálogos, para buscarmos o melhor para o Brasil. Queremos chegar a uma convergência porque todos nós desejamos um Brasil próspero, que cresce e é produtivo.”



Megale manifestou preocupação com questões ligadas à qualidade regulatória

10 janelas de corrupção que podem ser fechadas

Medidas elaboradas pela CBIC mostram ações que fortalecem práticas éticas na administração pública e ajudam a reduzir possibilidade de desvios no setor

Estabelecer medidas anticorrupção na fase inicial dos projetos é um dos caminhos para fortalecer processos éticos na relação entre o público e o privado. Mas como identificar os

pontos sensíveis que podem levar a desvios de verba pública? A resposta pode vir do mapeamento elaborado pela CBIC em um relatório que identificou 10 janelas para a prática de corrupção. São

brechas nas licitações ou contratos que aumentam as chances de agentes públicos e empresas cometerem atos ilícitos. Para cada um dos riscos, a CBIC sugere uma solução. Confira:

PROJETOS INCOMPLETOS

A ausência de projetos completos pode dar margem a práticas de corrupção que se apoiam em orçamentos imprecisos. Os projetos acabam aprovados sem transparência e com base em critérios subjetivos.

Proposta: criar mecanismos que anulem as licitações iniciadas sem projetos completos de Engenharia (que incluem o planejamento da parte arquitetônica, a sondagem do solo, imagem do terreno com suas oscilações e especificações completas dos materiais), punindo os agentes públicos responsáveis.

EXIGÊNCIAS EXCESSIVAS

A CBIC também lembra das exigências excessivas para entrar em licitações, tanto na comprovação de experiência técnica quanto de capacidade financeira. Por exemplo: em uma concorrência para a construção de uma rodovia com 200 quilômetros, solicitar a exigência de a empresa já ter feito alguma outra via com a mesma medida. “Uma construtora que faz 100 quilômetros de estrada está perfeitamente apta a fazer mais do que isso”, explica Carlos Eduardo Lima Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura da CBIC.

Proposta: coibir imposições e requisitos excessivos em editais, com punição dos responsáveis quando acontecerem.

PREFERÊNCIA PELO “MENOR PREÇO”

A administração pública deve buscar sempre o melhor preço nas licitações. Hoje, essa determinação leva ao risco de não cumprimento de contratos. São inúmeros os casos de empresas que reduzem muito os valores das propostas com a expectativa de serem vencedoras e depois usar artifícios para ajustar os preços.

Proposta: nas propostas em que apareçam valores inferiores a 90% do preço de referência, exigir a apresentação de garantia complementar (um seguro oferecido por banco ou seguradora que avalize o valor inferior).

DESEQUILÍBRIO NA GESTÃO DOS CONTRATOS

O desequilíbrio entre o governante e a empreiteira sobre os direitos e responsabilidades gera um excessivo empoderamento do gestor público, que decide sobre questões que deveriam estar previamente definidas. “O agente público pode decidir questões que a lei não está deixando claras, penalizando uma empresa e não outra”, exemplifica Jorge.

Proposta: definir com clareza e previamente os direitos e as responsabilidades de contratantes e de contratados, com total equilíbrio.

VERBA INSUFICIENTE

A execução da obra deve seguir cronograma aprovado, mas, na prática, o ritmo está condicionado à situação dos cofres públicos. Deixar de pagar, atrasar ou pagar parcialmente são formas de equilibrar o caixa. Esse cenário pode induzir à busca de soluções privilegiadas para algumas empresas que ultrapassem limites éticos, como negociações feitas fora do contrato.

Proposta: garantir o fluxo regular de recursos ao longo da execução da obra. Se for comprovada necessidade de revisão da previsão inicial, a administração pública deverá emitir prévio aviso, negociando novo cronograma que leve em conta os custos.

AGRUPAMENTO DE OBRAS

A concentração de várias obras em uma mesma licitação faz com que apenas construtoras de grande porte tenham condições de participar das concorrências, reduzindo-as a um pequeno grupo de empresas.

Proposta: subdividir as licitações para democratizar a participação de mais construtoras. Além disso, o mecanismo legal proposto pela CBIC é dar mais transparência ao processo, seja em licitações agrupadas ou fracionadas. Isso pode ser feito pela divulgação, nos editais, das justificativas técnicas e econômicas que fundamentam o fracionamento – ou não – do projeto.

LICENÇAS AMBIENTAIS

Hoje, os governos colocam em licitação obras e projetos sem licença ambiental. Depois que a empresa vence a concorrência, aí é que vai se tentar obter o documento. “Às vezes, as licenças apontam inclusive alterações no traçado dos projetos, atrasando as obras”, lembra Jorge. Isso gera risco de comprometimento da própria viabilidade do empreendimento e abre espaço para práticas antiéticas.

Proposta: tornar a obtenção da licença ambiental prévia requisito para a publicação do edital e transformar a obtenção da licença ambiental de instalação em exigência obrigatória para a emissão da Ordem de Serviços.

ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA ERRADO

Não são poucos os casos em que o orçamento de referência tem como base um projeto incompleto. Os órgãos públicos também costumam fazê-lo para se ajustar à verba disponível, muitas vezes insuficiente. O resultado disso são os “ajustes” posteriores à licitação feitos de forma não transparente.

Proposta: criar mecanismo que responsabilize técnica, administrativa e civilmente o encarregado da elaboração dos orçamentos de referência.

DESCUMPRIMENTO DOS CONTRATOS

Com o descumprimento dos contratos, abre-se espaço para subornos (com intenção de evitar punições) ou uso de artifícios irregulares na prestação de contas.

Proposta: acentuar as atividades dos órgãos de fiscalização com foco no cumprimento dos prazos de pagamento, respeito às especificações do projeto e existência de projeto completo. Hoje, os órgãos de fiscalização e controle concentram suas atividades na fase em que o contrato já está em execução, com 30% ou 40% da obra em andamento, segundo a CBIC. “Nosso pedido é para que os fiscais façam seus papéis de maneira antecipada, ainda na análise desse projeto na concorrência”, destaca Jorge.

FALTA DE TRANSPARÊNCIA NOS PAGAMENTOS

Os pagamentos devem seguir rigorosamente a cronologia: a empresa que executou seu serviço primeiro tem direito a receber antes daquela que executou depois. Não respeitar essa ordem ajuda a estimular práticas ilícitas.

Proposta: tornar pública a ordem cronológica dos pagamentos, por órgão contratante e por fonte de receita.

TRANSPARÊNCIA CONSTRÓI O FUTURO QUE QUEREMOS

Transparência e inovação são indispensáveis para o sucesso empresarial. Na indústria da construção, essa modernização já é uma realidade, com entidades e empresa investindo na melhoria do ambiente de negócios e buscando eficiência. Esse é o objetivo do projeto **Ética & Compliance na Construção**, iniciativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em correalização com o SESI Nacional, que fará parte da programação do **91º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC)**.

QUER DISCUTIR
O FUTURO?
**VENHA PARA
O 91º ENIC**

15 A 17,05

WINDSOR EXPO
CONVENTION CENTER
RIO DE JANEIRO

WWW.CBIC.ORG.BR/ENIC

#PESSOAS
#IDEIAS
#FUTURO


91º ENIC
Encontro Nacional da Indústria da Construção

patrocínio



patrocínio



patrocínio



“Nossa luta é pela coisa correta”, diz presidente da CBIC

José Carlos Martins fala sobre o trabalho da entidade para difundir a integridade em um setor que reúne mais de 200 mil empresas



Dirigente acredita que estímulo à concorrência é um dos caminhos para combater atos ilícitos

Quando eu falo de integridade, eu falo de combate à corrupção, à informalidade, aos problemas de agressão ao meio ambiente, de cunho trabalhista, de saúde e de segurança do trabalho

JOSÉ CARLOS MARTINS,
presidente da Câmara
Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Com o objetivo de aumentar a transparência dos negócios, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, tem rodado o Brasil nos últimos anos para melhorar as práticas do segmento na relação com os setores público e privado. Martins resume o esforço em andamento em uma palavra: transparência. “Quando você tem transparência nas relações, a chance de haver algo errado é muito menor do que quando é uma coisa escondida. Então nós estamos colocando em debate exatamente a transparência”, destaca.

Nesta entrevista, Martins explica as ações que a entidade tem difundido, entre elas o seminário “Diálogos CBIC: Transparência nas Relações” e os guias para a adoção do compliance, para modernizar a cultura de um setor que reúne mais de 200 mil empresas de todos os portes no País.

Como a CBIC tem atuado na luta contra a corrupção?

O que temos feito é mais do que a mera luta contra a corrupção. Nossa luta é pela coisa correta. Porque, quando eu falo de integridade, eu falo de combate à corrupção, à informalidade, aos problemas de agressão ao meio ambiente, de cunho trabalhista, de saúde e de segurança do trabalho. Nos interessa ter um mercado saudável e competitivo. Em 2013, a partir das mudanças na lei anticorrupção, nós começamos um trabalho de explicar com clareza a lei e as suas várias nuances. Porque, às vezes, alguém chega e comete algum ato falho ou delito. A partir dessa lei, nós começamos a difundir e mostrar que o mundo estava mudando e que isso era importante. Como isso é um aspecto cultural, não é do dia para a noite que a gente vai conseguir mudar. É uma questão de costume. Por isso que eu digo que é muito mais amplo que o simples fato da corrupção.

Qual é a importância de um evento como este para promover o debate e chegar às soluções?

O maior componente do correto chama-se transparência. Quando você tem transparência nas relações, a chance de haver algo errado é muito menor do que quando é uma coisa escondida. Nós estamos trazendo empresas que têm uma experiência muito boa do programa de compliance e de como isso as tornou muito competitivas perante o mercado.

Como deve ser feito o diálogo da indústria com a sociedade para que esta entenda e apoie essas medidas de estímulo à integridade?

O primeiro passo é a transparência. Aqui na CBIC nós temos um dogma: nada pode ser feito se a imprensa não puder estar do nosso lado. Por que houve a Lava-Jato? É por que não tinha transparência. Porque, se houvesse transparência, em algum instante, a imprensa teria denunciado e explodido tudo aquilo. O que foi feito? Foi feito um cartel nas mãos de meia dúzia. É aí que entram outras palavras importantes, como desconcentrar. A CBIC tem defendido a ampliação dos mercados e que haja um holofote sobre licitações, contratos e na relação entre o público e o privado.

Em um dos painéis do evento falou-se em medidas preventivas.

É o caminho mais eficiente para dar ainda mais transparência ao setor?

Você toca num ponto que é o motivo principal do evento. A gente brinca que são até 12 janelas da corrupção. Nós queremos propor a transparência para que se elimine a oportunidade da corrupção, que não envolve apenas a construção civil. Estamos falando de práticas da administração pública que induzem ao desvio, e temos convicção de que essa mudança também passa por aí.

Quais são os principais desafios da indústria para se tornar ainda mais transparente?

Na relação entre o público e o privado é todo um arcabouço. No instante em que um lado pode tudo, no caso a administração pública, e o outro não pode nada, isso estimula

a prática de corrupção. Quando alguém detém muito poder acaba desequilibrando as coisas. Outros pontos são transparência na ordem cronológica do pagamento das faturas, transparência em editais e questionamento de editais. Deve-se ter maior atenção ao fim e não com o meio, como é hoje. São pontos que a gente precisa melhorar, e nem sempre são de ordem legal. Às vezes, são de ordem do processo, de entendimento, de diálogo. No dia a dia das empresas, há que adotar a integridade e o compliance como ferramentas para modernizar a gestão, trazer eficiência e proteger a reputação.

O que pode ser melhorado nos marcos regulatórios?

Insistir muito na transparência,

estimular a concorrência e garantir previsibilidade. Por exemplo, a Lava-Jato ocorreu porque meia dúzia de empresas que se uniram para controlar o mercado, em um modelo concentrador. Quando o poder público adota regras que garantam a livre concorrência, casos como esse são menos possíveis. Estou falando de licitações mais abertas, por exemplo. Por que licitar mil quilômetros de estradas em um único lote? Sabemos que poucas empresas poderão disputar.

Como o senhor avalia a adoção de programas de compliance nas empresas brasileiras? Estamos evoluindo neste quesito?

Estamos evoluindo. Só temos que ter cuidado para que seja um compliance efetivo e não para cumprir tabela.

Quais exemplos de outros países podem ajudar o Brasil a avançar nesta questão?

Nossa pesquisa demonstra que no mundo há dois segmentos onde são mais presentes as práticas de compliance, de autorregulação: o mercado externo e o mercado financeiro, que incluem bolsa de valores e bancos. Porque são dois setores que trabalham com confiança. Quando você pede para um operador da bolsa de valores fazer uma operação, ele não pode no momento seguinte dizer que você não pediu pra ele fazer. Quebra-se aí toda uma estrutura de funcionamento. O que nós estamos tentando trazer para o nosso setor são posturas desse tipo para que as pessoas percebam que é possível eliminar grande parte da burocracia se aderirmos a determinadas posturas.